



Ano 11
Número 37
Maio/Jun | 2019

ProMutuca

Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca

Bons resultados

Em época de constantes notícias ruins e pessimismo quase que solidificado, o informe da Promutuca traz ótimas notícias para a comunidade.

Apesar da luta histórica, constante e difícil que travamos em prol da proteção e preservação do meio ambiente em nossa região e pela qualidade de vida da população, os bons resultados deste trabalho estão aparecendo e acontecendo.

O reconhecimento do Corredor Ecológico da Mutuca, bem como a importância de sua proteção e gestão já é fato consumado. O poder público em todas as suas instâncias, bem como entidades ligadas à preservação ambiental, conselhos de meio ambiente e até mesmo empreendedores e mineradoras de nossa região reconhecem a existência desta rica, exclusiva e sensível área localizada no Vale do Mutuca.

A própria população que escolheu nossa região para aqui viver, aprende a cada dia a conviver com a vida silvestre, os animais e suas complexidades.

As ações educativas e de proteção ambiental colhem seus frutos; os incêndios na região reduziram significativamente nos últimos anos, os cursos d'água estão mais limpos e preservados, ocupações irregulares reduziram e, quando ainda persistem em acontecer, são rapidamente combatidas. Outros inúmeros feitos e resultados podem ser mencionados. Logicamente, há ainda muita coisa a fazer. A justiça ainda é lenta, a atuação pública também. Mas enxergamos claramente a melhoria deste



Flávio Krollmman •
Secretário Geral
da Promutuca

cenário.

A Promutuca está presente em mais de dez conselhos e câmaras técnicas de meio ambiente incluindo os mais importantes do Estado. Isso não deixa de ser um reconhecimento do seu trabalho e uma garantia ao meio ambiente e comunidade local que a região possui um representante forte a atuante na discussão e tomada de decisões sobre a gestão ambiental e desenvolvimento do Vale do Mutuca e região.

Por último, um dos nossos maiores desejos e necessidades: A criação da Unidade de Conservação já carinhosamente batizada hoje como "Parque da Perdidas". Esta área, uma das últimas ainda preservadas na região sul da RMBH está situada estrategicamente entre todas as demais unidades de conservação da região e, por isso, funciona como um imenso Corredor Ecológico, ligando cada uma destas unidades entre si e viabilizando o fluxo de fauna entre as mesmas. Além disso, a região possui história e forte presença e utilização para o esporte e lazer. Quem sabe ainda neste ano podemos brindar a sua criação? É o que estamos lutando neste momento e contando com o apoio de muitos.

Uma ótima leitura e mais notícias boas a todos!



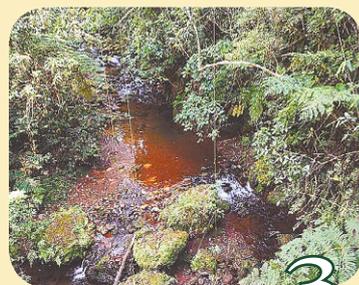
6

Mutuca ganha grupo de escoteiros



2

Sucesso da campanha de doação de mudas



3

A importância da conectividade das Unidades de Conservação

ONG integra o Conselho do Parque da Baleia

A Promutuca integra agora, como suplente, o Conselho Consultivo do Parque Florestal Estadual da Baleia, na posição de representantes da Sociedade Civil Organizada. O Conselho, eleito em janeiro desse ano, é composto por 24 representantes, sendo 12 titulares e 12 suplentes. O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, podendo ser renovado por igual período. O novo Conselho eleito deverá elaborar o seu regimento interno, acompanhar a elaboração, implementação do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, garantindo o seu caráter participativo, opinar sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na Unidade de Conservação, entre outros. O Parque encontra-se em uma área sensível, vizinha à uma antiga mineração e de grande interesse econômico. A manutenção e

preservação do parque tornaram-se, portanto, uma prioridade para impedir que atividades econômicas avancem sobre as áreas protegidas.

Ao todo, a Associação do Vale do Mutuca participa de vários conselhos ambientais e três Câmaras Técnicas: APA-Sul, Conselho Gestor do Mosaico das Unidades de Conservação Municipais de Nova Lima, no Codema, Unidade Regional Colegiada - URC Central Metropolitana do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, COPAM Plenária, no Conselho da Cidade de Nova Lima, no CBH Velhas e Câmaras Técnicas CTOC, CTPC, no Sub-comitê de Águas de Moeda e Parque Estadual Florestal da Baleia. A participação da Promutuca nesses órgãos objetiva potencializar as possibilidades de êxito das reivindicações ambientais comuns aos moradores da região.

Moradores engajados na campanha de doação de mudas

A Promutuca realizou mais uma campanha de doação de mudas. Realizada em dezembro do ano passado, a ação contou com a participação expressiva por parte dos moradores que receberam espécies da mata atlântica e de frutíferas. Ao todo foram disponibilizadas cerca de 2 mil mudas, doadas pela Vale. A distribuição aconteceu nas portarias dos residenciais e na sede da Promutuca. Segundo o presidente da Promutuca, Manoel Caillaux, “esta é uma campanha anual de incentivo à arborização de áreas dentro dos condomínios residenciais. Nosso objetivo é o de ampliar a cobertura vegetal arbórea, trazer benefícios à biodiversidade e proporcionar a melhoria da qualidade ambiental do Vale do Mutuca”.

A moradora do Villa Alpina, Adriana Fregapani Duarte, participa sempre dessa campanha levando mudas para casa. Ela conta que as espécies que plantou há quatro anos já se adaptaram ao terreno mexido e estão viçosas. “Essa é uma experiência muito interessante, pois a adoção tem ajudado a recuperar áreas onde foram retiradas muita vegetação para as construções. E, desde que comecei a manter e repor a vegetação nativa tenho tido grandes surpresas. Tenho conseguido muita diversidade no plantio e sempre escolho as mais interessantes, evitando espécies exóticas para obter uma vegetação mais natu-



ral no meu terreno”, relatou. Ela comentou que se encanta com o trabalho da ONG de não apenas doar mudas, mas de orientar as pessoas para não haver erros graves que podem comprometer as espécies. “A Promutuca propõe, esclarece, deixa que as pessoas observem o resultado e se mantém vigilante ao meio ambiente”, disse.

Adriana ressalta que em razão do processo construtivo agressivo é quase uma obrigação os moradores manterem as áreas vegetadas e reflorestar o ambiente. Ela cita que em seu quintal há sempre visitantes ilustres, como quatis, esquilos e outros.

Dentre as espécies doadas estão: Mulungu, Pitanga-vermelha; Pau-mulato; Ipês amarelo Tabaco, branco e roxo, entre outros.



Feira de adoção de cães

Realizado no último dia 27 de abril, mais uma feira de adoção de cães. Promovido pela Promutuca e o residencial Villa Alpina, esse ano o evento contou com a participação do CãoMer, um projeto voluntário que visa resgatar, reabilitar, castrar e encaminhar para feiras de adoção cães do bairro Jardim Canadá e de regiões próximas em Nova Lima.

A feira de adoção reuniu várias ações de conscientização da população, através de palestras e outras dicas de profissionais. O adestrador Sidney da Silva, que trabalha com cães de moradores da região, e o médico veterinário Dr. Márcio Magno, deram suas contribuições no evento. O veterinário falou sobre doenças e a importância de realizar a castração.

Na ocasião, a empresa Agility apresentou cães da raça Border Collie e alguns adestradores. Houve distribuição de brindes, sorteios de produtos pela empresa Pet Society, de hospedagem no Pet Center Hotel, e dicas com os profissionais parceiros. Muitos moradores trouxeram seus pets para o evento, conheceram mais sobre cuidados com os cães, dicas de educação e alimentação.

Durante o evento, foram adotados quatro filhotes. Aqueles que se interessarem em adotar e ajudar o projeto CãoMer podem ligar no telefone (31) 9492-6049, ou se manifestar através das redes sociais do projeto.

Unidades de Conservação precisam ser conectadas para manutenção da biodiversidade

Foto: Evandro Rodney/IEF

A pesquisadora Luciana Eler França, Engenheira Ambiental e Mestranda em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais (UFMG), com MBA em Gerenciamento de Projetos e especialista em Manejo de Florestas Nativas e Geoprocessamento, foi uma das palestrantes do Fórum Intermediário do Projeto “Fechos, eu Cuido” com a palestra “Mudanças de conectividade e cobertura vegetal no entorno da Estação Ecológica de Fechos (EFF).” Durante a palestra, a pesquisadora ressaltou a importância da conectividade das Unidades de Conservação (UCs) com áreas no entorno e os seus fragmentos. “Muitas vezes a Unidade de Conservação (UC) fica isolada, como por exemplo, Fechos, Mutuca e o Parque do Rola Moça, porque sofre pressão econômica do entorno por causa da expansão imobiliária ou pela mineração. E uma UC completamente isolada não irá fazer o seu papel, pois não haverá o fluxo genético, que são contribuições de alguns animais para a sobrevivência da Unidade”, explicou.

Segundo ela, a lei do SNUC determina que “as UCs sejam criadas e conservadas, mas o amparo jurídico somente se dá dentro do limite da Unidade, ou seja, ela não pode atuar no entorno, pois na maioria das vezes esse local é de propriedade de terceiros e não tem como o poder público interferir na decisão do que será feito na área. Exceto quando há um Plano Diretor do Município atuante já definido que dá uma vocação para a área e aí há o controle maior”. Ainda segundo ela, na maioria das vezes cria-se a UC e não cria o amparo em torno dela e assim ela fica ilhada, gerando a fragmentação à sua volta. “A partir do momento que há uma pressão urbana ou econômica forte e que os fragmentos de conectividade deixam de existir porque é substituída a cobertura vegetal pela atividade, a UC acaba ficando isolada. Pelo último dado de 2017 do IEF, o Estado possuía 562 UCs, mas apenas 10% disso é conservado, um valor baixo em relação à extensão territorial. No passado, houve um boom em relação às UCs por causa do ICMS ecológico, quando os municípios começaram a ganhar mas não conservaram as áreas que deveriam. E infelizmente, não teve um estudo para comprovar se eram áreas fundamentais”, comentou.

Segundo Luciana, os municípios criam



as áreas sem levar em consideração a manutenção da biodiversidade, como Fechos **(foto)** que precisa dessa manutenção para garantir o abastecimento de água de BH e Nova Lima. “A Estação Ecológica de Fechos, a partir do momento que se tornar isolada no

meio de tanta pressão da circunvizinhança, temos ali a BR 040 que impede o fluxo, ela que poderia ligar a Bacia do Velhas ao Paraopeba ficará sem essa conexão, e o fluxo da fauna ser tornará inviável”. salientou.

Corredor do Mutuca possui fluxo genético intenso

Ela explica que “à medida que uma UC se torna isolada, ela acaba perdendo em questão de biodiversidade e a manutenção torna-se enfraquecida porque ela precisa da fauna para a germinação, polinização entre outros fatores, o que somente a fauna possibilita isso. Quando você isola as UCs enfraquece a manutenção da biodiversidade por causa do fluxo genético.”

Para Luciana, nem sempre um Corredor Ecológico pode ser considerado viável. Isso porque ele necessita de algumas ilhas e fragmentos no entorno para o deslocamento da fauna. Em um Corredor de Área de Preservação Permanente nem sempre uma determinada fauna vai atravessá-lo. “No caso do Corredor Ecológico do Mutuca, que liga as duas bacias, a manutenção abrange uma área maior e é hoje considerada a única área de conectividade existente entre o Velhas e o Paraopeba. Por isso, a manutenção da área é de extrema importância. Já a Estação Ecológica de Fechos não possui essa conectividade por causa da rodovia. Precisaria ter árvores próximas ou túneis serem criados para esse deslocamento de uma área de conser-

vação para outra, e assim não enfraquecer o fluxo genético dessas unidades. No caso do Mutuca já existe a comprovação do intenso fluxo genético de fauna que atravessa ali, além de não precisar criar estruturas para a travessia na 040, por exemplo”, ressaltou.

Segundo ela, em 25 anos de análise sobre o crescimento urbano em torno de Fechos percebe-se que houve um crescimento urbano de 313% e de 159% da área minerária. Uma pressão muito grande. “Futuramente, a EEFechos irá se tornar uma UC isolada e provavelmente a fauna não vai conseguir se deslocar. A manutenção da EEFe está enfraquecida por causa da impossibilidade das conexões existentes. É preciso colocar em discussão sobre o que é mais importante na região, a questão minerária e o desenvolvimento urbano que atinge todo o Vetor Sul ou a questão hídrica? O que precisa ser preservado?”, questiona. Luciana desenvolve juntamente com outros pesquisadores uma análise de como será o entorno de Fechos em 2030, um trabalho que será publicado agora no mês de junho. É o capítulo de um livro.

“Da forma que está sendo feita a mineração em Minas, é preferível que ela acabe”

A afirmação é do Conselheiro da Promutuca e ex-superintendente do IBAMA em Minas, Julio Grillo, que em dezembro de 2018 alertou sobre a insegurança das barragens de rejeitos em Brumadinho. Nesta entrevista, ele adverte sobre a situação atual das barragens e fala da importância do descomissionamento.

O Projeto de Mineração em Minas está em colapso? Na sua opinião, há uma equação para conduzir a exploração mineral e o meio ambiente?

Tudo nesta área está muito mal feito. Da forma que a mineração vem sendo feita no Estado de Minas é preferível que ela acabe. Enquanto não estudarmos com ampla participação da sociedade, a sustentabilidade destes empreendimentos, a sociedade, o meio ambiente e a economia pública continuarão sendo prejudicados. Neste caso, é preferível mudar tudo, que entrem novos atores. As mineradoras reclamam muito do que seriam os custos de modernização dos seus processos, mas nenhuma delas devolveria o seu direito de lavra para o Governo para que fizéssemos um leilão deste direito. Elas impõem aos Governos a concordância com tudo aquilo que desejam. Esta não tem sido uma relação saudável para a sociedade mineira e para o meio ambiente. A legislação anterior a lei do “MAR DE LAMA NUNCA MAIS” é reflexo dos lobbies efetuados pela mineração. A nossa legislação estava voltada para que a mineração fizesse o que bem entender. Por exemplo, ela tem o total domínio da Câmara de Atividades Minerárias, que é onde se delibera sobre o processo de licenciamento. A sociedade civil tem uma única vaga nessa Câmara e está ali para referendar aquilo que já foi decidido anteriormente.

Qual a situação atual das barragens de mineração em Minas?

Todas são inseguras. O método de construção utilizado exige uma supervisão diuturna, se possível em tempo real, por que quando existe uma distração, negligência, uma pressão econômica ou uma corrupção elas podem cair.

Qual a maior preocupação em relação às plantas de mineração na região de Nova Lima neste momento?

A meu ver, todas as plantas que contêm barragens representam um risco imenso. Para começar grande parte delas está à montante da captação de Bela Fama, que é responsável por 67% a 70% do fornecimento de água para BH, e qualquer uma das barragens que romper fará com que BH perca o seu abastecimento de água por um tempo indefinido. Se for uma barragem de rejeito de minério de ferro pequena pode ser que em alguns meses ou anos consigamos recuperar o abastecimento, mas se for, por exemplo, uma das barragens da Mundo Mineração nós vamos ficar provavelmente 50 anos sem poder fazer uma captação naquele lugar, porque vai descer arsênio e ele não se decompõe na natureza.

Em dezembro do ano passado, durante reunião da Câmara de Atividades Minerárias, o senhor alertou sobre a questão da segurança e o risco da barragem de Feijão, e sobre a necessidade de descomissionamento. Na sua opinião, todas as barragens deveriam passar pelo descomissionamento?

Todas as barragens deveriam passar pelo descomissionamento (ou descaracterização), sem nenhuma dúvida. Nós temos que deixar claro o que queremos: O que interessa para a sociedade é que seja retirado todo o material da barragem empilhando-o a seco ou, se possível, voltando com os rejeitos para dentro da cava de origem. Depois de retirado esse material teríamos que desfazer integralmente a barragem e reconstituir do ponto de vista paisagístico aquele local. É isso que a sociedade quer. Nós não podemos deixar



Julio Grillo • Conselheiro da Promutuca

que a mineração nos devolva o Estado de Minas Gerais da forma que está nos devolvendo. Vejam a quantidade de minas abandonadas no entorno da RMBH. E o poder público, ao longo dos anos, não coibiu com energia este tipo de atitude. Talvez isto decorra do poder econômico que elas exerceram nas eleições, com os financiamentos de campanha.

Por que o processo de descomissionamento das barragens ainda não começou?

Acho que não começou porque as mineradoras e os governos ainda não têm confiança total em uma técnica para o descomissionamento que, seguramente, não represente um aumento na possibilidade de rompimento das barragens. A técnica construtiva dessas barragens de rejeito é ruim. Por exemplo, uma vibração no entorno de uma delas pode provocar uma liquefação do material que está no fundo e derrubá-la. Então, cravar uma estrutura de concreto logo à jusante de uma dessas barragens, para que ela não caia, pode gerar trepidações e provocar a liquefação. Os especialistas em projeto de barragens ainda estão estudando quais seriam as melhores formas para poder fazer esse descomissionamento ou descaracterização. As alternativas através do rebaixamento do lençol freático têm que ter o seu passivo mais bem estudado para que não percamos mais nenhuma nascente.

Entrevista com o conselheiro do Promutuca, Júlio Grillo

A Vale detém conhecimento e estrutura para realizar essa operação?

Parece-me que não. Às vezes, fica parecendo que a Vale deixou de ser uma empresa de engenharia para ser uma empresa de advocacia. A mídia, analisando seus balanços, veiculou recentemente que nos últimos anos ela reduziu seus custos com manutenções e investimentos em barragens. Sabendo que não conheciam detalhadamente o histórico de algumas das barragens que foram adquiridas de antigos mineradores, ela deveria saber através de seus engenheiros que alteamentos poderiam dar errado. Parece que para a empresa era mais importante reforçar o corpo de advogados do que de engenheiros. Mais engenheiros e mais técnicos cuidadosos poderiam vir a exigir dela um aumento na qualidade e segurança daquilo que estavam fazendo. O objetivo dos acionistas é o lucro. Neste caso, através da redução de custos.

A partir de qual momento deve ser feito o descomissionamento?

Imediatamente. Deveríamos iniciar com o descomissionamento das barragens que apresentam maior potencial de dano para as de menor potencial de dano. Mas todas, sem exceção, devem ser descomissionadas. A disposição dos rejeitos de minério deveria ser realizada nas cavas de origem ou empilhada a seco.

Como o governo deve agir para garantir essa operação?

O Governo tem força legal para fazer isto. Certamente teremos que melhorar nossas leis. O que talvez falte é vontade política para ser mais exigente com a qualidade da mineração. Os governos não tem enfrentado as mineradoras, ao menos até este momento.

É sabido que Belo Horizonte e a Região Metropolitana estão não apenas em um quadrilátero ferrífero, mas em um quadrilátero aquífero. Como fica a questão das minerações em relação às águas nessa região?

A mineração conseguiu obter primazia sobre qualquer outra atividade no Estado e nos municípios minerados. Ao não observar os princípios da prevenção e da precaução, esta primazia deixa de ser apenas econômica e se estende sobre a vida, os bens materiais e o meio

ambiente. Os acionistas, que em grande parte estão longe daqui, ordenam aos seus gestores que gerem lucro. Para eles, acabar com a água de BH pode ser apenas um efeito colateral. Se tivéssemos feito análises de sustentabilidade destes empreendimentos não estaríamos hoje com estas espadas penduradas sobre as nossas cabeças. Por mais irônico que possa parecer, a nossa SEMAD significa Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Mas nós nunca tivemos uma análise de sustentabilidade feita por esta Secretaria nas últimas duas ou três décadas.

No caso de Brumadinho, como será o trabalho nos próximos anos?

O trabalho vai depender do plano de recuperação da área. Eles vão retirar o rejeito que ficou depositado ao longo rio? Se retirarem, vão colocar onde? São 12 milhões de metros cúbicos. E se não retirarem, como é que nós vamos cuidar daquilo? Vamos deixar ali um “memorial”? Nós ainda não temos esse plano.

O governo não está concedendo novos licenciamentos? Como eles ficarão daqui para frente?

Daqui para frente os novos licenciamentos já deverão seguir a lei 23.291/2019, que é bastante restritiva em relação à anterior. Por exemplo: não permite a construção de barragem desde que tenhamos melhor técnica disponível e alternativa locacional com menor potencial de risco ou dano ambiental e não permite barragem com comunidades na zona de auto salvamento.

A sociedade não pode viver/conviver com novas tragédias. Diante disso, o que os poderes público e privado podem fazer?

O poder econômico tem como razão de ser o lucro. Para obter mais lucro, ele atua no aumento de receitas e na redução dos custos. Em relação ao aumento de receitas, a Vale, conforme informações veiculadas pela mídia, passou a fazer com que parte da remuneração do minério seja realizada fora do Brasil, já que lá fora irá pagar impostos menores do que os que pagaria aqui. Com isso aumenta sua receita líquida, sem se preocupar com a necessidade brasileira de receber esta parcela dos impostos, que

poderiam ser aplicados em educação, saúde, infraestrutura e outros benefícios para a população. Em relação à diminuição de custos, a mídia, recentemente, apresentou análise dos balanços da Vale dos últimos anos. Parece que a Vale reduziu o investimento em manutenção de barragens e em outros itens que ofereceriam mais segurança para a sociedade e para o meio ambiente. Tenho certeza de que os acionistas, diretores e funcionários não desejam nenhum rompimento de barragem, mas os principais acionistas e diretores sabem que, se uma barragem cair, eles contam com seguros para recuperar suas perdas e bons advogados para não pagar, ou pagar pouco, pelas perdas humanas, materiais e em ativos ambientais. Lembrando que, após três anos, a Samarco desembolsou muito pouco em relação aos impactos que causou. Então, em relação a atividade de mineração, principalmente no que se refere aos novos projetos, deveríamos ter uma legislação mais rígida, que privilegie a prevenção, a precaução e, sobretudo, a sustentabilidade. Deveria haver também uma maior participação da sociedade, sem fins lucrativos, nas decisões sobre as condições e locais em que a mineração poderia se instalar.

Quais são os possíveis cenários da mineração no Estado e o que a sociedade pode esperar em relação ao meio ambiente e à garantia da qualidade de vida?

Apesar de vermos uma vontade de melhorar por parte do Governo, infelizmente, ainda não temos sinalização clara de melhoras e vemos com muita preocupação alguns posicionamentos dos representantes das mineradoras nos conselhos. A possibilidade de que continuemos a ter perdas em vidas, perdas materiais e um meio ambiente deteriorado pela mineração, que não é recuperado posteriormente, ainda é grande. Precisamos de governantes com coragem, que exijam, que preservem nossas vidas, nossas águas, nosso meio ambiente. Governantes que tenham compromisso com a sustentabilidade ao analisar novos empreendimentos, principalmente os minerários. Não necessitamos das mineradoras que não estejam de acordo em realizar empreendimentos sustentáveis.

Mutuca ganha grupo de escoteiros

O Vale do Mutuca ganhou um movimento educacional muito importante, o escotismo. A atividade que reúne crianças e jovens para um convívio em grupo, através da realização de brincadeiras e outras atividades divertidas, vem ganhando novos membros e está requisitando voluntários. O Grupo de Escoteiro Vale do Mutuca (GEVAM) foi instalado oficialmente em novembro de 2018, por iniciativa da diretora de Meio Ambiente do Condomínio Villa Alpina, Flávia Motta Guimarães. Desde então, o movimento vem ganhando força e o apoio de 10 voluntários, a maioria ex-escoteiros.

Leonardo Gomes Duarte, presidente do GEVAM, explica que o Escotismo “é o principal movimento educacional e de socialização que atua na criação de cidadãos melhores para o mundo e para a sociedade onde estão presentes”. Ele, que já foi escoteiro, agora atua como voluntário, ensinando crianças aos cuidados com a natureza e promo-



vido a educação ambiental. Leonardo conta que os escoteiros se reúnem todos os sábados, das 14 às 17 horas, no Centro de Convivência do Villa Alpina. “As crianças são iniciadas no movimento aos 6 anos e meio como “lobinhos”

onde ficam até os 10 anos. Completada essa fase eles vão para o ramo de escoteiro. Hoje, temos uma demanda de crianças de 11 a 15 anos e várias meninas já entraram para o GEVAM”, contou.

Para participar, os pais precisam inscrever os filhos e é realizado um bate-papo prévio, onde fazem uma aula inicial. “No escotismo, são várias as brincadeiras, principalmente, com jogos planejados para o desenvolvimento social e humano, com foco no trabalho e atuação em equipe. Os escoteiros são capazes de vivenciar situações inusitadas no dia a dia com o grupo”, explicou Leonardo.

Para Flávia Motta, a idealizadora desse movimento no Vale do Mutuca, um dos diferenciais do GEVAM será o de inserir crianças e jovens junto à natureza, deixando de lado o mundo cibernético. “Queremos vê-los em contato com a flora da região, pois esse grupo terá atividades dentro do Corredor Ecológico tão divulgado pela Promutuca.”

Copasa vai ampliar ETE Vale do Sereno

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) informou que, até o próximo dia 30 de junho, a obra de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Vale do Sereno será licitada. Segundo a empresa, de acordo com o projeto em elaboração a unidade terá capacidade para tratar até 75 litros de esgoto por segundo. Atualmente, do total de esgoto gerado pelos cerca de 18 mil habitantes da região, 33 litros de esgoto por segundo são tratados na ETE Vale do Sereno e outros 24 litros por segundo são encaminhados para tratamento na ETE Arrudas, em Belo Horizonte.

Projetada, inicialmente, com capacidade para tratar 23 litros de esgoto por segundo, a ETE ficou saturada com o crescimento populacional da região. Com isso, além de não realizar o tratamento do esgoto a operação causa um grande desconforto que é o mau cheiro permanente no local, causando enorme desconforto para a população no entorno e por usuários da rodovia MG030 na-

quele trecho.

A Copasa esclareceu que entre as intervenções que serão executadas na unidade, está o processo técnico para remoção do odor. A previsão é de que as obras sejam concluídas em 12 meses, após o encerramento do processo licitatório. Segundo informou Davide Araújo Bichara Simão, Superintendente de Operação de Serviços e Tratamento de Efluentes da Copasa, o volume de esgoto aumentou “devido à utilização de água pelas residências para lavar pátio, garagem, passeios e outros. A água é descartada na rede coletora da Copasa e aumenta o volume, o que prejudica a manutenção da ETE”, disse ele.

A Companhia de Abastecimento explicou que com a ampliação da ETE irá solucionar o lançamento de esgoto em um córrego da região. “O esgoto receberá tratamento condizente com o nível de classificação do córrego onde será despejado, ou seja, será devolvida água limpa”, disse Davide.

Ação de limpeza em áreas de preservação

Mais uma ação de limpeza foi realizada pela Promutuca. Dessa vez, em áreas de topo de morros, de encostas íngremes e de áreas do alto Vila Del Rey. A área, que possui uma das mais bonitas paisagens e é utilizada por moradores para o lazer, abrigava lixo comum e de alimentos, garrafas de vinho e cerveja, entulhos de obras.

Apesar das recomendações rotineiras e placas educativas instaladas pela Ong, ações como essa, lamentavelmente, vêm ocorrendo. A Associação de Proteção do Vale do Mutuca faz um alerta aos moradores para as formas de descarte correto, para minimizar os impactos causados. E reforça sobre resíduos que muitas vezes são descartados de formas incorretas em lixeiras.

Município tenta viabilizar Parque da Perdidas

O município de Nova Lima está buscando formas de viabilizar a criação do Parque da Perdidas. A informação é do secretário de Meio Ambiente, Danilo Vieira Junior (*foto*), ao comentar que existe sim um grande interesse por parte do poder público em transformar a área em um parque, porém que não há recursos nesse momento para desapropriar a área de propriedade da AngloGold. Ainda segundo o secretário, o município tem se esforçado junto à empresa para tratar da doação de terreno ou mesmo uma compensação imobiliária para a criação do Parque das Perdidas.

Para Danilo, a criação do parque representa um grande ganho para o Corredor Ecológico, pois vai garantir uma conectividade maior, ligando a Serra do Souza até o Rola Moça, além de uma grande conexão com o Jambreiro, o Gandarela indo até Ouro Preto. “O Perdidas fará a conectividade de umas das áreas de conservação mais importantes da região, ao lado de Macacos, e vai preservar ecossistemas e proteger o corredor da biodiversidade”, ressaltou.

Para Flávio Krollmann, a proposta de criação do Parque Perdidas está em consonância com os anseios em se preservar não

somente a biodiversidade como também em se conservar áreas para uso da população em atividades recreativas e educacionais. “Importantíssimo ressaltar que a área em questão faz parte do Corredor Ecológico da Mutuca, única ligação entre as Bacias do Rio das Velhas e Rio Paraopeba, bem como ligação entre as diversas áreas protegidas, como o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, RPPN do Jambreiro, Mata Samuel de Paula, RPPN do Tumbá, entre outros.”, informou.

A área do Perdidas é utilizada, há décadas, para diversas atividades esportivas, realizadas por moradores de Nova Lima,



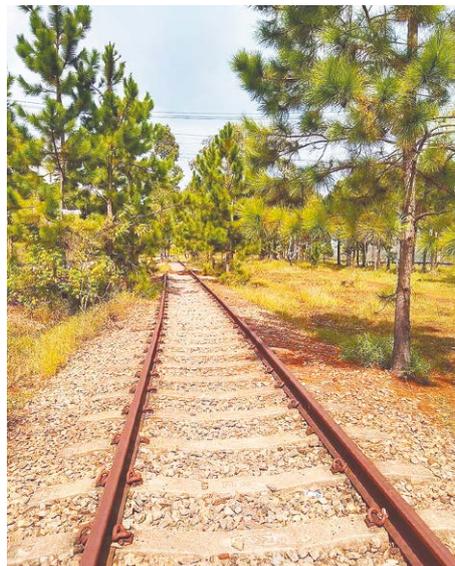
Belo Horizonte, Região Metropolitana e turistas, tornando-se do ponto de vista cultural e histórico uma das áreas de referência do lazer e convívio da população. Inclusive, as trilhas que cortam a Perdidas foram tombadas pelo poder público municipal de Nova Lima através de Decreto dada a sua relevância.



Região luta por parque linear e trem turístico

Um parque linear é a grande aposta de moradores, associações, meio político e ambientalistas para destinação da área do antigo ramal férreo. Criado em 2017, por meio do projeto de lei, o Parque Linear Belvedere possui 1,8 km e é constituído pela antiga faixa férrea da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), localizada entre a Rodovia MG-030 e a Rua Decíola Horta, no Bairro Belvedere. O Projeto, que aguarda a sanção do prefeito Kalil, propõe a criação do Parque preservando pelo menos 40% de área verde, com área de lazer, esportiva e de caminhada.

A criação do parque começou através do morador do Vila da Serra, Álvaro Gonzaga, que iniciou o processo na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Em seguida, a proposta ganhou o apoio de um movimento de moradores da Rua Rodrigo Otávio Coutinho, no Belvedere. E, desde então, o movimento para criação do parque vem ganhando força e empenho de muitos moradores e autoridades.



Um deles é o deputado João Leite (PSDB), que vem discutido os recursos provenientes de multas de concessionárias por conta de abandono de trechos ferroviários e estações. Os recursos seriam

para a revitalização, recuperação e preservação de trechos do Belvedere, fazendo sua ligação até Inhotim para transporte de trem turístico. A linha viria somar ao projeto do parque linear.

Recentemente, após a tragédia da Vale em Brumadinho, a Advocacia Geral do Estado (AGE) também colocou esse trecho como uma das medidas compensatórias da Vale, com toda a estruturação da área para receber o trem turístico.

“É uma discussão forte e nós acreditamos que junto às duas fontes virão recursos para fazer esse trecho. Existe, no entanto, uma grande preocupação com o Cercadinho, área preservada e de captação de água”, explicou o deputado.

Em janeiro foi promulgada uma legislação, de autoria do deputado João Leite, que determina a preservação de todo o patrimônio ferroviário da rede, incluindo trilhos, pontes, estações. Essa medida preserva a área da linha e vai de encontro aos projetos pensados para a área.

**PROMUTUCA****CONSELHO DELIBERATIVO**

Júlio César Dutra Grillo
 Maria Cristina Brugnara Veloso
 Gisele Kimura
 Lucas de Figueiredo Moreira
 Elpídio Consenza
 José Carlos Ribeiro Filho
 João Batista Pacheco Antunes de Carvalho
 Maria José Gontijo Monteiro
 Maria do Carmo Gontijo Eulálio de Souza

SUPLENTE

Rosemery Silva Diniz
 José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior
 Francner Moreira D' Almeida

CONSELHO FISCAL

Matias Pinheiro de Castro Lopes
 Eulalia Guatimosim Vidigal Coscarelli
 Germana Moro Chaves

SUPLENTE

Ricardo Drummond da Rocha
 Henrique José Amorim Almeida
 José Francisco Deusdará

DIRETORIA EXECUTIVA**Presidente**

Manoel Augusto Caillaux

Secretário Geral

Flávio Eduardo Krollmann

Diretor Administrativo Financeiro

André Luiz Alves Andrade

Diretora de Meio Ambiente

Regina Célia Fernandes Faria

Diretora de Educação Ambiental

Mariza Coelho Guedes

SÍNDICOS DOS CONDOMÍNIOS ASSOCIADOS

Regina Pentagna G. Salazar / Vila Verde
 Denise / Estância Del Rey
 Geraldo Pereira / Village Terrasse
 Luiz Gustavo Mascarenhas / Bosque da Ribeira
 Fabio Marcio P. Doyle / Estância Serrana
 Andre Baião / Vila Del Rey
 Fábio Cansado / Vila do Conde de Cima
 Alexandre Reis Queiroz / Villa Alpina
 Wolkmar / Vila Campestre
 Murilo Goulart / Vila Castela
 João Luiz A. Avelar / Residencial Nascentes

INFORMATIVO

Projeto gráfico - Totem Comunicação
 Redação e diagramação: SC Soluções Ltda.
 Jornalista responsável: Goretta Sena/MG 3053
 Tiragem - 2000 exemplares
 Impressão - Pampulha Editora

Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca - Promutuca

Rua dos Bem-te-vis, 300 - Condomínio Vila Alpina
 Nova Lima/MG - CEP: 34007-316
 CNPJ: 65.139.958/0001-03
 Fone: (31) 3581-1166/ (31) 99682-2044
 adm.promutuca@gmail.com
 www.promutuca.org.br

Mais um curso de reciclagem em combate a incêndios florestais

A exemplo de outros anos, a Promutuca organizou mais um curso de reciclagem em combates a incêndios florestais. Realizado nos dias 2 e 3 de maio, o curso contou com material teórico e dinâmica prática com utilização de equipamentos.

O curso foi ministrado pelo instrutor Anderson de Freitas, instrutor da ONG Brigada 1, que tem larga experiência em combate a incêndios e com atuação em diversas Unidades de Conservação em Minas Gerais.

Participaram desse treinamento funcionários e moradores dos condomínios associados do Mutuca e do Vale dos Cristais e pessoas interessadas em se aprimorar. A Promutuca oferece esta oficina de reciclagem em todos os anos com o ob-



jetivo de capacitar os voluntários que auxiliam em um eventual incêndio que venha ocorrer na região.

É fundamental que os Condomínios providenciem a manutenção e limpeza dos aceiros bem como definam uma periodicidade para a inspeção durante o período de estiagem. Também, que verifiquem o estado dos equipamentos e quantidade disponível.

As rondas de vigilância devem ficar atentas a pontos

de fumaça bem como focos de incêndio nas imediações. A Promutuca disponibiliza para todas as portarias dos condomínios os telefones de contato em caso de incêndios (brigadas) bem como os telefones de todos os condomínios para uma efetiva comunicação de sinal de fogo. E, orienta as administrações e síndicos quanto ao Plano integrado de combate a incêndios - contendo Plano de Ação de Condomínios e Plano de Ação Moradores.

Engenheira ambiental é o novo reforço da Promutuca junto aos Conselhos

A Associação conta agora com mais um suporte em suas ações e projetos. A Engenheira Ambiental, Viviane Alves da Costa, irá desenvolver um trabalho importante junto com a equipe e estará à frente dos Conselhos CBHVelhas, Subcomitê Águas da Moeda, Conselho da Cidade de Nova Lima, no Mosaico de Unidades de Conservação de Nova Lima, Parque da Baleia e Central Metropolitana do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

Sua atuação na área ambiental começou durante a graduação, ao traba-



lhar na mobilização social e educação ambiental em projetos e programas para implantação de coleta seletiva, na Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU). Ela também já atuou em proposição de

ações para a gestão de recursos hídricos (FUNDEP) no acompanhamento das atividades dos Núcleos Manualização e do SCBH do Ribeirão do Onça. Nos últimos anos, vem trabalhando em consultorias ambientais, projetos e programas ambientais. Para Viviane Alves, fazer parte da Associação ProMutuca "é uma importante oportunidade para atuar pela proteção e preservação dos bens naturais. E representa uma grande responsabilidade também, por representar em diversos conselhos esta associação com mais de 28 anos de sólida atuação em prol do meio ambiente", afirmou.